

# ESTUDO SOBRE PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

## *A STUDY ON CONTEMPORARY SUBJECTIVATE PROCESSES*

SAMUEL ALMEIDA FERNANDES<sup>1</sup>

**Resumo:** O subjetivo, enquanto parte do campo psíquico do indivíduo, constitui, nesse trabalho, seus desejos, seus afetos, seus valores e suas identidades. Desse modo, compreender as formas sobre as quais a sociedade contemporânea se organiza traz o questionamento de qual seria o sujeito que, conseqüentemente, estaria sendo produzido nesse ambiente, em quais condições e, principalmente, se os seus desejos estavam sendo alcançados nesse espaço e até que ponto essas aspirações lhe seriam próprias. Dessa forma, será feita análise de algumas perspectivas contemporâneas que, além de examinar a captura de processos de subjetivação por lógicas de poder, propõem a possibilidade de estratégias que façam uso da pluralidade do sujeito e, assim, permitam perceber potencialidades no subjetivo humano.

**Palavras-chave:** Sujeito, Sociedade disciplinar, Sociedade de controle, Processos de subjetivação, Espetacularização.

**Abstract:** The subjective, as part of the psychic field of the individual, constitutes in this work his desires, his affections, his values and his identities. Thus, understanding the ways in which contemporary society is organized raises the question of which subject would be produced in this environment, under what conditions, and especially if their desires were being achieved in this space and even to what extent these aspirations would be his own. Therefore, this work will analyse some contemporary perspectives that, in addition to examining the capture of subjectivation processes by logics of power, propose possible strategies of use of the plurality of the subject and thus allow perceiving potentialities in the human subjective.

**Keywords:** Subject, Disciplinary society, Society of control, Subjectivation processes, Spectacularization.

### Introdução

O subjetivo, enquanto parte do campo psíquico do indivíduo, constitui, nesse trabalho, seus desejos, seus afetos, seus valores e suas identidades. Desse modo, compreender as formas sobre as quais a sociedade contemporânea se organiza traz o questionamento de qual seria o sujeito que, conseqüentemente, estaria sendo produzido

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: samuelalmeidafer@gmail.com.

nesse ambiente, em quais condições e, principalmente, se os seus desejos estavam sendo alcançados nesse espaço e até que ponto essas aspirações lhe seriam próprias.

Ao se observar a transição de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de controle, verifica-se como novas formas de administrar a vida e as suas manifestações atuam a partir do desenvolvimento de novas tecnologias. Essas tecnologias, alcançando o nível molecular e permitindo representações digitais mais reais e a transmissão de informações em segundos, tornaram mais eficiente o manejo da constituição de identidades, de afetos e de valores individuais, ou seja, processos de subjetivação.

Essa situação seria fundamental para compreender a espetacularização da sociedade contemporânea que, tornando o indivíduo mero espectador da própria vida, em virtude da predeterminação da realidade dentro da ordem do consumo, tornaria possível disseminar modos de viver como mercadorias. Fazer do subjetivo enquanto espaço crítico e de promoção de práticas contra autoritárias parece, desse modo, impossível.

Dessa forma, será feita análise de algumas perspectivas contemporâneas que, além de examinar a captura de processos de subjetivação por lógicas de poder, propõem a possibilidade de estratégias que façam uso da pluralidade do sujeito e, dessa forma, permitam perceber potencialidades no subjetivo humano.

## 1. Desenvolvimento

**1.1** O subjetivo, compreendido como identidades, afetos, desejos que integram o domínio psíquico do sujeito, é elemento essencial para compreender a atuação dos dispositivos de poder. Esses dispositivos, por meio de “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”<sup>2</sup>, podem produzir subjetividades consideradas mais apropriadas para determinada utilidade.

Os processos de subjetivação, desse modo, apesar de serem inicialmente parte do contato do indivíduo com o seu exterior, alcançam, na modernidade, mas, principalmente, na pós-modernidade, a possibilidade de terem seu objeto gerenciado de forma mais eficiente. Tal fato se dá em virtude do desenvolvimento de novas tecnologias de poder

---

<sup>2</sup> AGAMBEN, 2005, p. 13.

sobre a vida, a partir de representações imagéticas mais reais e do desenvolvimento farmacológico, que possibilita uma produção de nível molecular do sujeito.

**1.2** Com objetivo de compreender elementos da produção da realidade social e as subjetividades que a animam<sup>3</sup>, Michael Hardt e Antonio Negri, com fundamento em uma transição histórica observada a partir da obra de Foucault, analisaram a passagem de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de controle.

A sociedade disciplinar, que corresponde sobretudo ao período da modernidade, é sustentada por aparelhos que produzem e reproduzem subjetividades dentro de instituições como a prisão, a fábrica, o hospital, a universidade, a escola. Como consequência, são estabelecidos comportamentos normais e/ou desviantes e, dessa maneira, se assegura sujeição social a uma racionalidade da disciplina<sup>4</sup>. Nesse sentido, observa-se a atuação do poder de forma externa ao indivíduo e que se manifesta, das mais diferentes formas, em localidades geográficas específicas.

A sociedade de controle, por outro lado, desenvolvida no limiar da modernidade para a pós-modernidade, caracteriza-se por uma “intensificação e uma síntese dos aparelhos de normalização de disciplinaridade que animam internamente nossas práticas diárias e comuns (...)”<sup>5</sup>. Nessa lógica, os mecanismos do poder utilizados para exercer gestão da vida se tornam “imanescentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos”<sup>6</sup>, ou seja, interiorizados e, a partir disso, não dependentes de instituições ou de espaços de exercício de dominação.

A alienação do indivíduo seria, desse modo, completa, visto que, diferentemente da sociedade disciplinar, na qual determinadas áreas da vida são regidas por uma lógica econômica separada daquela que consistiria na política e daquela cultural, a sociedade de controle seria, em sua totalidade, inserida dentro da dimensão de produção e de reprodução do consumo. Dessa forma, os elementos precedentemente citados se sobrepõem e se completam<sup>7</sup>.

---

<sup>3</sup> HARDT; NEGRI, 2001, p. 41.

<sup>4</sup> HARDT; NEGRI, 2001, p. 42.

<sup>5</sup> HARDT; NEGRI, 2001, p. 42.

<sup>6</sup> HARDT; NEGRI, 2001, p. 41.

<sup>7</sup> HARDT; NEGRI, 2001, p. 13.

Nesse sentido, a natureza biopolítica da sociedade de controle se sobressai. A transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle permitiu que todo corpo social fosse abarcado pela máquina de poder e desenvolvido na sua arquitetura<sup>8</sup>. O poder sobre a vida, isto é, sua administração e disciplina, não se torna apenas possível pelo desenvolvimento dos novos sistemas de produção e de reprodução de subjetividades e de corpos, mas se transforma em objetivo principal. A lógica econômica de produção de si mesma exige o direcionamento de todas as áreas da vida para cumprir essa função.

A crítica da sociedade de controle como apresentada até esse momento não deve, no entanto, ignorar a importância dos avanços tecnológicos proporcionados pelo modelo de produção capitalista e sugerir um retorno a um período anterior ao hodierno. É essencial observar que o desenvolvimento técnico e científico permitiu a superação de vários obstáculos que foram colocados à frente dos seres humanos ao longo da sua história e, dessa maneira, a saída de um estado de sobrevivência.

É necessário, porém, problematizar, na contemporaneidade mais do que nunca, as consequências, as contradições e as potencialidades presentes em uma lógica produtiva que por meio dos mesmos discursos pelo qual promove liberdade, segurança, dignidade e fartura, articula submissão, autoridade, degradação e pobreza. As contradições experienciadas no dia a dia dos cidadãos demonstram mais do que falhas superficiais, de fácil superação, em um sistema produtivo que se apresenta, devido a seu caráter eterno, como inquestionável e insuperável.

O estudo da Internacional Situacionista e sua crítica ao cotidiano, dessa maneira, se apresenta como essencial para compreender o desenrolar do que até aqui se denominou sociedade de controle e os processos de subjetivação desenvolvidos na sua estrutura.

**1.3** A Internacional Situacionista foi estabelecida em 1957, fundamentada pelo pensamento hegeliano, marxista e lukatiano e pela vanguarda artística do movimento dadá, do surrealismo, entre outros. O surgimento desse grupo se relaciona ao desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e de divulgação de informação em massa, os quais demonstraram a necessidade de novas análises sobre as relações de produção e de reprodução do capital<sup>9</sup> e do sujeito.

---

<sup>8</sup> HARDT; NEGRI, 2001, p. 43.

<sup>9</sup> PLANT, 1992, p. 33.

Nessa perspectiva, os situacionistas compreenderam a sociedade capitalista como uma organização de espetáculos<sup>10</sup>. Esses espetáculos podem ser definidos como uma visão cristalizada do mundo, na qual não seria possível experienciar vida real ou participar ativamente no mundo vivido<sup>11</sup>. A partir disso, o espetáculo se constitui não como um conjunto de imagens, mas como uma relação social entre pessoas, mediada por imagens<sup>12</sup>.

Esse conceito permite o entendimento de que o espetáculo, como consolidação de dada perspectiva de mundo, restringe qualquer outra forma de representação da realidade aos valores que foram já preestabelecidos como verdade. A partir dessa lógica, “a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo no real. Essa alienação recíproca é a essência e o sustento da sociedade existente”<sup>13</sup>.

Consolida-se, dessa maneira, um monopólio da aparência, isto é, o controle das formas de vida e suas subjetividades, que são direcionadas a atender da melhor forma possível os imperativos de uma sociedade de consumo. Permite-se, nesse aspecto, a sua constante reprodução em si mesma, tornando o indivíduo mero espectador da própria vida.

A sociedade do espetáculo de Guy Debord não apresenta, todavia, apenas uma lógica de poder evidente e abertamente opressora e autoritária. Além disso, é também manifestada por uma máquina “que acredita [e que faz acreditar] ser capaz de prover qualquer coisa, satisfazer todo desejo, aliviar todas as dificuldades e realizar todos os sonhos”<sup>14</sup>. Contudo, todas essas possibilidades estão limitadas a apenas serem realizadas diante e por meio de mercadorias, ou seja, uma liberdade apenas possível por intermédio do consumo. Tal situação levaria a uma organização social que teria como meio e finalidade a reprodução de um sistema econômico<sup>15</sup>.

Os processos de subjetivação, nesse sentido, seriam, junto com toda outra esfera da vida cotidiana, estabelecidos como mecanismos de separação, na qual modos de vida seriam disseminados como mercadorias, consumidas como carreiras, estilos de vida, discursos, sonhos. Nessa lógica, Raoul Vaneigem, em seu livro *A arte de viver para as novas gerações*, expressa que “A imagem, o estereótipo do astro, do pobre, do comunista, do

---

<sup>10</sup> PLANT, 1992, p. 1.

<sup>11</sup> PLANT, 1992, p. 1.

<sup>12</sup> DEBORD, 2003, p. 14.

<sup>13</sup> DEBORD, 2003, p. 16.

<sup>14</sup> PLANT, 1992, p. 10.

<sup>15</sup> PLANT, 1992, p. 10.

assassino passional, do cidadão honesto, do rebelde, do burguês, irá substituir o homem pondo no seu lugar um sistema de categorias ordenadas de maneira mecanográfica segundo a lógica irrefutável da robotização”<sup>16</sup>.

É interessante destacar como até mesmo os papéis que recusariam os modos de pensamento e de vida padrão são recuperados pelo espetáculo com facilidade. Tal fato se daria, não apenas pela necessidade de adicionar mais consumidores e mercadorias em circulação, mas, também, em virtude da necessidade de continuamente introduzir novos inimigos. Esses inimigos, mesmo inofensivos ou até mesmo potencialmente capazes de destruir o mundo, interromperiam a concretização da utopia capitalista ao reviverem uma suposta ameaça à ordem, o que justificaria qualquer medida para restaurá-la<sup>17</sup>.

Para Debord, a própria imposição de uma experiência temporal linear sobre uma cíclica pré-industrial atuaria em função do espetáculo<sup>18</sup>, que necessita de constante mudança, composta necessariamente por progressos. Esses progressos afastariam qualquer participação da população sobre a qual se sujeitam, dado que o indivíduo experienciaria um tempo pseudocíclico, no qual determinados comportamentos e eventos, constantemente repetidos, marcariam e esconderiam a realidade do tempo linear<sup>19</sup>. Desse modo, só se torna possível contemplar a história se realizar no passado e ser prometida para futuro, como se o momento de participar ativamente da sua construção estivesse obstruído ou fosse desnecessário.

A ubiquidade das relações de alienação espetaculares, apresentadas precedentemente, seria ferramenta que tornaria a contradição do espetáculo quase impossível<sup>20</sup>. No entanto, a Internacional Situacionista vai observar, sustentada por Maio de 1968, que a eternidade, a inflexibilidade e a continuidade do espetáculo é ilusória, e, na verdade, sua atuação e manifestação seria marcada pela fragmentação<sup>21</sup>. Isso significa que, apesar de a representação totalitária do espetáculo aumentar a dificuldade de localizar espaços que não fossem constantemente recuperados pela sua lógica ou com que estivessem sem a influência dela, existiriam fraturas nesse sistema, que permitiriam

---

<sup>16</sup> VANEIGEM, 2016, p. 91.

<sup>17</sup> PLANT, 1992, p. 22.

<sup>18</sup> PLANT, 1992, p. 27.

<sup>19</sup> PLANT, 1992, p. 27-28.

<sup>20</sup> PLANT, 1992, p. 11.

<sup>21</sup> MATOS, 2014, p. 131.

encontrar gestos capazes de escapar tal controle e, ainda, subverter seus processos de recuperação espetacular. Desse modo, se torna possível realizar uma crítica ao espetáculo e criar estratégias para atuar contra ele.

A partir disso, os situacionistas partem do pressuposto de que todos os elementos que permitiriam a construção de uma nova sociedade já estão presentes no espetáculo, sendo preciso, então, apenas a reversão da perspectiva sobre a qual a sociedade espetacular é vivida. Nesse sentido, seria imprescindível uma crítica total da sociedade existente que não se acomodasse ou fosse acomodada dentro do espetáculo<sup>22</sup>. Dessa maneira, na concepção da Internacional Situacionista, tudo deveria ser contestado, dado que a alienação seria a característica que definiria as relações discursivas e sociais<sup>23</sup>.

Tal concepção estaria relacionada ao conceito de situações, no qual afirmam que essas experiências até ao momento só teriam sido interpretadas pela filosofia, o que tornaria necessário que esse fosse o momento de transformá-las, dado que, se o sujeito é produto da situação em que ele vive, é essencial ter o poder de criá-las<sup>24</sup>. Desse modo, a Internacional Situacionista destaca constantemente que a teoria seria insuficiente por si só para alterar o cenário espetacular, necessitando, portanto, de uma prática que se desvincule da contemplação individual e não seja controlada por especialistas e técnicos.

O *détournement* é uma das estratégias propostas pelos situacionistas, empreendida pelo movimento dadá e pelo surrealismo e estendidas para todos os aspectos da vida cotidiana, para reversão da perspectiva espetacular e a sua subversão<sup>25</sup>. Consiste em desvio e apropriação de elementos espetaculares, por meio da sátira, da crítica e da resignificação do alvo desse processo. Dessa maneira, impede-se ou dificulta-se a sua recuperação pela lógica espetacular e se faz sobressair as contradições inquestionadas da organização social.

Outra forma de combate à sociedade do espetáculo seria a *dérive*, prática que, também oriunda dos movimentos artísticos de vanguarda, consistia no ato do indivíduo deixar de prestar atenção em suas obrigações e preocupações cotidianas e se locomover por lugares sem nenhum objetivo específico. Nesse sentido, se faz uso do ambiente para o fim próprio do indivíduo<sup>26</sup>.

---

<sup>22</sup> PLANT, 1992, p. 19.

<sup>23</sup> PLANT, 1992, p. 20.

<sup>24</sup> PLANT, 1992, p. 20.

<sup>25</sup> PLANT, 1992, p. 98.

<sup>26</sup> PLANT, 1992, p. 59.

Ambas as práticas de inversão de perspectiva anteriormente citadas também seriam demonstrações de que a totalização do espetáculo sobre a vida não haveria, naquele período, se completado, permitindo que críticas fossem feitas a essa lógica. Além disso, as estratégias abriram espaço para mostrar que o indivíduo, mesmo que por breve momento antes ser recuperado pelo espetáculo, poderia deixar o seu papel de contemplação e experimentar novas maneiras de viver.

Os situacionistas se destacam, desse modo, em comparação a outros revolucionários da época, por analisarem novas condições revolucionárias, não se fixando a revoluções do passado ou possibilidades futuras, mas às condições do agora que permitiram a ruptura com o espetáculo<sup>27</sup>. No mesmo sentido, a aproximação dos desejos individuais e da atividade revolucionária acercaram esse grupo do cotidiano presente<sup>28</sup>, possibilitando, desse modo, o desvelar de uma potencialidade do indivíduo e de seu subjetivo no âmbito da crítica à ordem social vigente.

A Internacional Situacionista deve ser, contudo, lida no momento pelo qual realizou a sua análise e, desse modo, mesmo que a comparação com a contemporaneidade seja atrativa, deve ser realizada com cuidado. Nesse sentido, é forçoso apreciar obras que discutam o cotidiano hodierno e seus processos de subjetivação.

**1.3.1** *Tiqqun* foi uma revista francesa criada em 1999, tendo seus escritos aproximações com as ideias propagadas pela Internacional Situacionista. Desse modo, as concepções de *Young-Girl* e de *Bloom* estabelecidas por esse grupo podem auxiliar na interpretação dos processos de subjetivação do século XXI. A discussão dessas citadas concepções, além disso, permite avaliar como está em jogo, entre as relações de poder, a seleção, a administração e a atenuação das formas de vida.

Nessa lógica, *Tiqqun* vai afirmar que um monopólio biopolítico em todo poder-saber médico, as restrições postas sobre todos os desvios por um exército, melhor do que nunca equipado, de psiquiatras, coaches e outros facilitadores benevolentes, o registro policial-estético de cada indivíduo de acordo com suas determinações biológicas e o

---

<sup>27</sup> JAPPE, 1999, p. 85.

<sup>28</sup> JAPPE, 1999, p. 90.



contingenciamento de expressão de desejo público, seriam práticas contemporâneas de perfilamento dos cidadãos<sup>29</sup>.

Desse modo, é possível observar que os métodos de estruturação e de enquadramento humano seriam intensificados por novas técnicas de vigilância e biometria que, direcionadas anteriormente para apenas uma parcela da população, prisioneiros, por exemplo, se expandem e tornam sua imposição coletiva. As formas de controle sobre os indivíduos tornam-se progressivamente internas, promovendo-se a criação de uma polícia interior/subjetiva que direciona as práticas do indivíduo de acordo com o molde necessário, ou seja, um policiamento onipresente que colocaria o indivíduo em contradição consigo mesmo.

*Young-Girl*, termo que não reflete gênero sexual, mas sim o “cidadão modelo redefinido pela sociedade de consumo desde a Primeira Guerra Mundial, em explícita resposta a ameaça revolucionária”<sup>30</sup>, seria a redefinição dos processos de subjetivação necessária para manter a perpetuidade e imutabilidade do *status quo*.

O novo sujeito do pós-guerra é, dessa forma, produzido dentro de um ambiente totalmente colonizado pela lógica mercantil, que cria as próprias experiências do urbano, da medicina, do entretenimento. O indivíduo, nesse sentido, não teria escolha a não ser aceitar essas esferas espetaculares como únicas e inquestionáveis. Dessa forma, a *Young-Girl* seria uma figura que teria como objetivo principal fazer as pessoas realizarem sua determinada função dentro de uma ordem e se ater apenas a ela<sup>31</sup>.

*Bloom*, por outro lado, o “inócuo cidadão das democracias pós-industriais (...)”<sup>32</sup>, é aquele que, por aceitar com facilidade e passividade as decisões do poder feitas por ele, é caracterizado por ser dócil e resignado. Contudo, essas mesmas características que marcam esse indivíduo ordinário, não impedem a inquietude do poder<sup>33</sup>, que a todo momento reitera e fortalece as práticas de controle sobre ele e o coloca na posição de terrorista em potencial. Para *Tiqqun*, essa potencialidade ignorada<sup>34</sup> é a chave de uma Teoria do Bloom que permitiria enxergar formas de reversão e desvio de uma lógica de consumo.

---

<sup>29</sup> TIQQUN, 2007, p. 12.

<sup>30</sup> TIQQUN, 2007, p. 15.

<sup>31</sup> TIQQUN, 2007, p. 109.

<sup>32</sup> AGAMBEN, 2005, p. 15.

<sup>33</sup> AGAMBEN, 2005, p. 15.

<sup>34</sup> TIQQUN, 2012, p. 8.

**1.3.2** A perspectiva de *Tiqqun* de expansão biopolítica, ou seja, de controle da vida, pode ser complementada por Giorgio Agamben, que expressa, em seu livro *O poder soberano e a vida nua*, que o capitalismo só teve o seu sucesso possível em virtude do controle disciplinar efetuado pelo novo biopoder que, por meio de tecnologias apropriadas, criou “os ‘corpos dóceis’ de que necessitava”<sup>35</sup>.

Partindo desse fundamento, o autor italiano interpreta na contemporaneidade uma lógica de exceção, que pode ser definida como uma relação na qual o

(...) que é excluído não está, por causa disto, absolutamente fora de relação com a norma; ao contrário, esta se mantém em relação com aquela na forma de suspensão. A norma se aplica à exceção desaplicando-se, retirando-se desta. O estado de exceção não é, portanto, o caos que precede a ordem, mas a situação que resulta da sua suspensão.<sup>36</sup>

Nesse sentido, o estado de exceção seria regra geral na sociedade contemporânea, dado que a máquina estatal precisa, a todo momento, de crises que regulem seu processo de produção e reprodução de corpos disciplinados. Essa lógica, dessa forma, contraditória por natureza, manteria regras opostas dentro de um mesmo ordenamento social – por meio da inclusão por exclusão e exclusão por inclusão precedentemente abordada –, conservando de forma aparentemente coerente a lógica biopolítica e neoliberal. Não haveria, desse modo, impedimento para que a realidade fosse constantemente interrompida e deformada da forma necessária para a manutenção do poder.

Esse contexto abriria espaço para o desenvolvimento da vida nua que, definida como “Sacra, isto é, matável e insacrificável, é originariamente a vida no bando soberano, e a produção da vida nua é, neste sentido, o préstimo original da soberania”<sup>37</sup>. Desse modo, Agamben destaca que a sacralidade da vida que reiteradamente se faz valer contra o poder soberano como um direito humano fundamental, teria em sua origem “(...) a sujeição da vida a um poder de morte, a sua irreparável exposição na relação de abandono”<sup>38</sup>.

Na mesma linha de raciocínio, é possível observar semelhanças entre a vida nua e os processos de subjetivação que, enquanto produção e reprodução de identidades, de

---

<sup>35</sup> AGAMBEN, 2002, p. 11.

<sup>36</sup> AGAMBEN, 2002, p. 25.

<sup>37</sup> AGAMBEN, 2002, p. 91.

<sup>38</sup> AGAMBEN, 2002, p. 91.

afetos e de desejos, são constantemente definidos como direito inalienável ao homem e, muitas vezes, fora de seu controle. No entanto, traz em seu fundamento justamente o abandono do seu significado plural, direcionando seu olhar para enquadramentos que seriam aceitos dentro dessa autonomia. O sujeito, dessa maneira, é uma zona de indistinção, na qual a transformação do cidadão para inimigo é feita em instantes. As identidades não são reconhecidas e, por isso geralmente restringidas, não deixam, no entanto, de ter seu papel nas relações de poder como outro que reitera e faz existir as individualidades oficiais.

O sujeito é, portanto, o argumento que atua constantemente como justificativa para qualquer tipo de transgressão. Suspende-se, dessa forma, o ilícito e o lícito para, dessa forma, manter a vigência dessa representação individual. “O estado de exceção, enquanto figura da necessidade, apresenta-se, pois - ao lado da revolução e da instauração de fato de um ordenamento constitucional - como uma medida “ilegal”, mas perfeitamente “jurídica e constitucional”, que se concretiza na criação de novas normas (ou de uma nova ordem jurídica)”<sup>39</sup>.

A partir dessa lógica, estabelece-se uma relação de dependência da população contemporânea com esse paradoxo, no qual “Esse espaço vazio do direito parece ser, sob alguns aspectos, tão essencial à ordem jurídica que esta deve buscar, por todos os meios assegurar uma relação com ele, como se, para se fundar, ela devesse manter-se necessariamente em relação com uma anomia”<sup>40</sup>. O estado de exceção e suas crises, além da vida nua, atuam, portanto, como mecanismos imprescindíveis à fabricação da realidade social contemporânea e de seus atores.

**1.3.3** Roberto Esposito, em seu livro *Terceira Pessoa: Política da vida e Filosofia do Impessoal*, aborda o inquestionado valor que se universalmente confere à categoria de pessoa<sup>41</sup>. Analisa, a partir disso, como esse conceito foi utilizado para legitimar diferentes discursos no decorrer da história. Nesse sentido, observa que essa situação está presente na concepção jurídica moderna, na noção de sujeito de direito e de pessoa, de forma que cada uma dessas definições é indispensável para pensar a outra. Além disso, observa a

---

<sup>39</sup> AGAMBEN, 2004, p. 44.

<sup>40</sup> AGAMBEN, 2004, p. 79.

<sup>41</sup> ESPOSITO, 2009, p. 9.

importância que a categoria de pessoa adquire para ocupar o espaço entre homem e cidadão, o que permitiria a aplicação dos direitos humanos, por exemplo.

Nessa lógica, ao investigar o contexto precedentemente citado, percebe-se a problemática dessa esfera individual e como ela foi incapaz de implementar a unificação, que seria sua função primordial, visto que, no mundo contemporâneo, o crescente número de mortes por fome, guerras, doenças, demonstram o grau em que os direitos humanos não foram efetivos<sup>42</sup>. Tal fato teria decorrido, na visão do autor, não em virtude da não concretização da ideologia da pessoa, mas em razão de sua expansão<sup>43</sup>.

Para o filósofo italiano, o dispositivo da pessoa apresenta uma complexa significação, dado o fato de que sua semântica oscilou sobre diferentes tipos de linguagem, jurídica ou teológica, por exemplo. Esposito chama atenção, no entanto, para o cenário do final da Segunda Guerra Mundial, no qual ocorre um salto de paradigma na categoria de pessoa que se produz em virtude da “mútua influência entre um novo saber biológico e os da filosofia e da política”<sup>44</sup>.

A biopolítica, nesse sentido, atuou inicialmente como uma teorização do ser vivo como um duplo estrato biológico, marcado por um tipo vegetativo e inconsciente e outro de caráter cerebral e relacional, sobre o qual se inicia um processo de dessubjetivação. Tal fato se daria em função de que a separação da pessoa em duas forças heterogêneas derrubaria o paradigma político moderno, já que o indivíduo seria mais fortemente influenciado por aquela ligada à simples vida reprodutiva. Dessa maneira, a pessoa seria incapaz de, por meio da sua vida vegetativa, governar a si mesma e, em virtude disso, a organização da sociedade não dependeria da livre vontade dos cidadãos e nem da soberania instaurada por ela, mas por um fato biológico anterior e imodificável<sup>45</sup>.

Para o autor italiano, essa lógica foi, devido ao contato com antropologia hierárquica e racista no século XX, transferida da esfera do sujeito para ter sua aplicação ampliada para toda a espécie humana<sup>46</sup>. A influência da biologia sobre a política, a partir desse momento, é encoberta de um significado político agressivo, o qual encaixa o ser

---

<sup>42</sup> ESPOSITO, 2009, p. 14.

<sup>43</sup> ESPOSITO, 2009, p. 15.

<sup>44</sup> ESPOSITO, 2009, p. 16.

<sup>45</sup> ESPOSITO, 2009, p. 16-17.

<sup>46</sup> ESPOSITO, 2009, p. 17.

humano em categoria dentro de seu próprio gênero que permitiria a formação de uma tanatopolítica<sup>47</sup>, que teve seu potencial demonstrado no nazismo.

O dispositivo da pessoa, baseado “na separação pressuposta entre pessoa como entidade artificial e homem como ser natural”<sup>48</sup>, permite, portanto, a delimitação normativa do status de pessoa. Nesse sentido, abre espaço para o surgimento de zonas de indistinção, como a do escravo, a qual se localiza entre a categorização de pessoa e de coisa. Essa situação seria a representação do deslocamento de limiares de definição de pessoa e coisa, no qual a primeira sustenta sua existência na segunda, tornando necessário empurrar determinados indivíduos para figurarem enquanto objetos para a condição de ser vivente tornar-se acessível para outras.

Esposito, ao verificar tal situação, propõe uma lógica fundamentada na terceira pessoa como remediação, dado que não é limitada por uma dialética do eu, pessoa subjetivada, e do tu, pessoa não subjetivada, ou seja, é uma não pessoa. Nessa lógica, ao poder se referir tanto a todos quanto a ninguém, permite uma desconstrução da categoria de pessoa, desse modo, abrindo espaço para que ela seja pensada de novas formas.

**1.3.4** Retomar Michael Hardt e Antonio Negri pode auxiliar na compreensão dos processos de subjetivação. Em seu livro *Império*, os autores observam que, com o declínio do domínio dos Estados-nação, a soberania adquire nova forma que, composta de organismos tanto nacionais como supranacionais, não estabeleceria nenhum centro territorial de poder e, em virtude disso, não se basearia em fronteiras fixas<sup>49</sup>. Atuaria, por outro lado, como um aparelho de desterritorialização e de descentralização que iria abarcar todo o mundo com sua constante expansão, estruturando em seu interior novas instituições e estruturas híbridas e também flexíveis<sup>50</sup>.

A pós-modernidade se torna, dessa forma, um espaço de produção biopolítica, sobre a qual a fabricação da vida social é marcada pelo cruzamento de diversos elementos sociais, como a cultura, a política e a economia, que “se sobrepõem e se completam um ao outro”<sup>51</sup>. Nesse contexto, a subjetividade passa a ser enxergada como um dado construído

---

<sup>47</sup> ESPOSITO, 2009, p. 18.

<sup>48</sup> ESPOSITO, 2009, p. 20.

<sup>49</sup> HARDT; NEGRI, 2001, p. 12.

<sup>50</sup> HARDT; NEGRI, 2001, p. 12-13.

<sup>51</sup> HARDT; NEGRI, 2001, p. 13.

que adquire, com a crise das grandes instituições sociais, como prisões, hospitais e escolas, a ampliação dos seus processos de produção, que se espalham dentro do terreno social<sup>52</sup>.

Tal fato pode ser relacionado à importância que a comunicação e a informação ganharam na contemporaneidade e à flexibilidade e imaterialidade garantidas pelas suas novas tecnologias. Essas características também surgem nas subjetividades pós-modernas que, diferentemente daquelas da sociedade disciplinar produzidas em localidades específicas, devido à sua fluidez e à sua maleabilidade, não estão fixadas, já que os próprios estabelecimentos que as produzem também não estão. Nessa lógica, não se pode pertencer a nenhuma identidade e ao mesmo tempo pertencer a todas<sup>53</sup>.

Essa situação de nivelamento do espaço social, a partir do amplo acesso às diversas e flexíveis identidades e desejos, porém, não indica que as hierarquias e as desigualdades tenham se perdido. Da mesma forma que “o medo da violência, da pobreza e do desemprego é, no fim das contas, a força primária e imediata (...)”<sup>54</sup> que, na perspectiva de Hardt e Negri, cria e impõe as novas segmentações de trabalho contemporâneas, é também possível observar como, no âmbito subjetivo, os medos abordados implicariam o fortalecimento de formas de vida que seriam consideradas válidas e uma pressão para se adequar àquela que seria o papel do indivíduo em determinado momento e espaço.

A administração do poder, desse modo, mesmo que aparentemente planejando as relações sociais, mantém uma organização hierárquica que torna imprescindível que os aparelhos de repressão não tentem impor uma normatização, mas, por outro lado, controlem as diferenças<sup>55</sup>. Isso significa que ocorre um aumento na dificuldade de reconhecimento de atos de manejo dos processos de subjetivação dentro das redes de poder, visto que eles se tornam gradativamente mais interiorizados nos indivíduos e suas particularidades, ao não tratar mais, como na sociedade disciplinar, todos sobre um princípio da universalidade.

Hardt e Negri, dessa forma, argumentam em seu livro que a forma de produção capitalista obteve sucesso na submissão de toda sociedade sobre seu regime, dessa forma, impossibilitando qualquer outro caminhando alternativo<sup>56</sup>. Nesse sentido, os autores

---

<sup>52</sup> HARDT; NEGRI, 2001, p. 216.

<sup>53</sup> HARDT; NEGRI, 2001, p. 353.

<sup>54</sup> HARDT; NEGRI, 2001, p. 360.

<sup>55</sup> HARDT; NEGRI, 2001, p. 361.

<sup>56</sup> HARDT; NEGRI, 2001, p. 369.

propõem que apenas uma crítica surgida dentro dessa organização e que demonstre todas as suas contradições poderia revelar um novo caminho.

A partir disso, os autores de *Império* verificam que, mesmo que a subjetividade esteja “inteiramente imersa na troca e na linguagem”<sup>57</sup>, tal não se dá de forma pacífica. Os avanços tecnológicos no âmbito da comunicação e informação ampliam os espaços de antagonismo e de crise que, mesmo inerentes à lógica das relações de poder, apresentam latente ameaça para elas.

**1.3.5** Paul B. Preciado, em seu livro *Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*, observa que, no começo da Segunda Guerra Mundial, uma série de transformações tecnológicas de produção de corpo e da subjetividade impõem uma nova ordem global que o autor nomeia sociedade farmacopornográfica<sup>58</sup>. Esta, infiltrada na vida cotidiana, consiste principalmente em “tecnologias biomoleculares, digitais e de transmissão de informação em alta velocidade”<sup>59</sup>.

Dessa maneira, o autor espanhol ressalta que, diferentemente da sociedade disciplinar, que controlava o corpo a partir de um aparato que lhe seria exterior, na sociedade farmacopornográfica a tecnologia também se torna elemento do corpo<sup>60</sup>. Nessa lógica, o exercício do poder seria feito de forma microprotética, ou seja, moléculas inseridas no sistema imunológico, como neurotransmissores, hormônios ou cirurgias plásticas que alterariam com maior facilidade, na contemporaneidade, as percepções, os comportamentos e as identidades dos indivíduos.

Como consequência, o gênero, o sexo, a sexualidade e a raça se mostram, mesmo sem conteúdo empírico, como tecnologias de produção de ficções somáticas que, produzidas por técnicas audiovisuais e farmacológicas, “(...) determinam e definem o alcance das nossas potencialidades somáticas e funcionam como próteses de subjetivação”<sup>61</sup>. Dessa forma, essa produção “implica um conjunto de estratégias de

---

<sup>57</sup> HART; NEGRI, 2001, p. 408.

<sup>58</sup> PRECIADO, 2018, p. 84.

<sup>59</sup> PRECIADO, 2018, p. 85.

<sup>60</sup> PRECIADO, 2018, p. 85.

<sup>61</sup> PRECIADO, 2018, p. 127.

naturalização/desnaturalização e identificação/desidentificação”<sup>62</sup>, que se estendem por meio de redes cibernéticas globais.

Nesse sentido, o autor espanhol explica que as biotécnicas precedentemente apresentadas são diretamente dependentes da organização do poder sobre a qual ocorre a circulação de “ficções performativas compartilhadas, transmitidas de corpo a corpo por meio de signos semióticos e rituais materiais”<sup>63</sup>. A prática do *drag king*, desse modo, seria uma das estratégias de desconstrução e de desvio desse processo, visto que se fundamentaria na “ruptura de gestos corporais (...) em unidades básicas (...) que são examinadas como signos culturais para a construção de gênero”<sup>64</sup>. Questiona-se, dessa forma, a naturalidade que é sustentada sobre a sexualidade na contemporaneidade.

**1.4** Segundo o relatório *Digital in 2019*, 4.39 bilhões de pessoas são usuárias da internet, enquanto 3.48 bilhões fazem uso de redes sociais<sup>65</sup>. A internet, dessa forma, se apresenta inicialmente como espaço de ilimitado compartilhamento de informação e de conhecimento horizontal. As tecnologias contemporâneas tornam ainda as distâncias menos relevantes para os processos de produção, visto que facilitam a cooperação, a coordenação e o transporte de dados, de mercadorias e de populações.

Sob a perspectiva do indivíduo, contudo, a noção de proximidade com o todo, seja opiniões, lugares, oportunidades em geral, é apenas virtual. Além disso, a hierarquização de informações, em virtude de algoritmos de recomendação, apresentam o contemporâneo espaço cibernético como marcado por uma massa de informações que são oferecidas, mas que podem ocupar ou não espaços privilegiados para serem absorvidas. A discussão hodierna sobre *mass media* e *big data*, por exemplo, apresenta uma sociedade na qual a representação adquire, atuando como aparato de atração de cliques, papel central nas relações sociais.

Nessa lógica, processos de subjetivação, devido à sua exponencial multiplicação, não se enfraquecem, mas adquirem uma maior maleabilidade na identidade do indivíduo, que agora adquire maior facilidade em transitar entre as diferentes formas de vida que estão

---

<sup>62</sup> PRECIADO, 2018, p. 128.

<sup>63</sup> PRECIADO, 2018, p. 388.

<sup>64</sup> PRECIADO, 2018, p. 388-389.

<sup>65</sup> KEMP, 2019.



à sua disposição e são substituídas como se estivessem programadas para se tornarem obsoletas.

É importante observar também que diversos grupos marcados historicamente pela desigualdade, submissão e desumanidade são reconhecidos dentro das relações de poder. Todavia, mesmo que agora se tornem modos de vida comercializáveis, continuam sendo reificados. Paul Preciado faz essa análise no âmbito *queer* que, codificado pelo discurso dominante, estaria “correndo o risco de transformar o termo em uma descrição de uma identidade do mercado neoliberal que gera novas exclusões e esconde as condições específicas de opressão (...)”<sup>66</sup>.

As relações de poder, assim, demonstram uma aparente impossibilidade de escapar de seus processos de subjetivação, como se toda forma de pensar sobre uma perspectiva de vida exterior a essa lógica estivesse presa às ferramentas disponibilizadas por ela. Contudo, a própria reflexão do pensamento sobre a subjetividade apresentada precedentemente revela o oposto: existem estratégias que podemos seguir no nosso corpo-a-corpo cotidiano com os dispositivos<sup>67</sup>, dado que, ao mesmo tempo em que se criam, em virtude das tecnologias recentes, novas identidades, permite-se que seja feito o seu uso de forma desviante à função que lhe é dada.

### Considerações finais

Propor uma subjetividade verdadeira ou revolucionária que não seja condicionada ou reproduzida no âmbito das redes de poder gera o risco de se cair em um autoritarismo, que ignora as múltiplas formas e perspectivas nas quais o sujeito pode se constituir. Nesse sentido, a interpretação do subjetivo como espaço plural de interpretações críticas do cotidiano e de promoção de práticas contra-autoritárias seria permitido a partir da compreensão dos processos de subjetivação como não unilaterais.

Isso não significa, no entanto, admitir que um uso específico desses processos ou sua completa destruição sejam a solução, mas que seria possível dentro da sua própria lógica criar estratégias que recuperem os mecanismos que foram capturados por imperativos de poder que conseguem, principalmente com novas técnicas e dispositivos contemporâneos

---

<sup>66</sup> PRECIADO, 2018, p. 360.

<sup>67</sup> AGAMBEN, 2005, p. 13.

da ordem farmacológica e digital, impor formas de vida que se sustentam somente com base na necessária exclusão de outras.

Dessa forma, a profanação, pensada como a restituição de algo que foi privado aos homens em virtude de ter adentrado na esfera do sagrado<sup>68</sup>, se enquadra nesse entendimento. O subjetivo, tendo sua pluralidade constantemente restringida e direcionada por dispositivos da ordem do poder constituído, deve ser reintegrado/profanado à esfera da pluralidade e, assim, possibilitar a realização individual sem limitação de forma de vida. Nesse sentido, permite-se o desenvolvimento de uma imutabilidade constante do subjetivo, que pode atuar tanto para legitimar uma lógica de como devem ser as coisas como para abrir espaço para elas se desenvolverem no âmbito do vir a ser, isto é, da constante reconstrução que não fixe perspectivas de ver o mundo.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua 1*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo contemporâneo? In: *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009, p. 25-51.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Edição do Projeto Periferia, 2003. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

ESPOSITO, Roberto. *Tercera persona: Política de la vida y filosofía de lo impersonal*. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001

JAPPE, Anselm. *Guy Debord*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1999.

KEMP, Simon. *Digital 2019: Global internet use accelerates. We are social*, 2019. Disponível em: <<https://wearesocial.com/blog/2019/01/digital-2019-global-internet-use-accelerates>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Filosofia radical e utopia: inapropriabilidade, anarquia, a-nomia*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2014.

---

<sup>68</sup> AGAMBEN, 2005, p. 14.

PRECIADO, Paul B. *Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. N-1 edições, 2018.

TIQQUN. *Preliminary materials for a theory of the young girl*. Los Angeles: Semiotext(e), 2007.

TIQQUN. *Theory of bloom*. LBC Books, 2012. Disponível em: <<https://libcom.org/files/Tiqqun%20-%20Theory%20of%20Bloom.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

VANEIGEM, Rauol. *A arte de viver para as novas gerações*. São Paulo: Veneta, 2016.